

**MINISTÉRIO DO TURISMO,  
TRANSPORTES E MAR**

---

**Gabinete do Ministro**

**Portaria nº 30/2000**

**de 18 de Setembro**

O Decreto-Lei nº 38/98, de 31 de Agosto, definiu os tipos de vistorias de que os navios ou embarcações devem ser objecto para assegurar as suas condições de segurança.

Deferiu, no entanto, para o âmbito de Portaria do Membro do Governo responsável pela Marinha e Portos a regulamentação de tais de vistorias, matéria que constitui o objecto da presente Portaria.

Nestes termos,

Ao abrigo do nº2 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 38/98 de 31 de Agosto;

Manda o Governo, através do Ministro do Turismo, Transportes e Mar, o seguinte:

Artigo 1º

**(Fiscalização das condições de segurança)**

A verificação e a fiscalização das condições de segurança dos navios ou embarcações são da competência dos serviços da Direcção-Geral da Marinha e Portos (DGMP), que as exerce mediante vistorias de construção, vistorias de manutenção e vistorias suplementares.

Artigo 2º

**(Vistorias de construção)**

As vistorias de construção têm lugar:

- a) Durante a construção ou modificação dos navios ou embarcações;
- b) No termo dos trabalhos referidos na alínea anterior;
- c) Aquando da aquisição no estrangeiro dos navios ou embarcações.

Artigo 3º

**(Vistorias de construção)**

A construção ou modificação de navio ou embarcação de comprimento superior a 6 metros, só pode ser iniciada depois de os planos e projectos terem sido aprovados pela DGMP, a quem o interessado deve facultar os desenhos e memória descritiva julgados indispensáveis.

Artigo 4º

**(Calendário das vistorias)**

1. Durante a construção, o navio ou embarcação é objecto das seguintes vistorias:

- a) Quando estiver em meia construção, entendendo-se como tal quando estiver com todo o cavemame armado;
- b) Antes do lançamento à água;
- c) Após terminada a construção.

2. Após a vistoria a que se refere a alínea c) do número anterior, é emitido o certificado de navegabilidade.

#### Artigo 5º

##### (Outras vistorias)

Além das vistorias a que se referem os artigos anteriores, podem ser efectuadas outras para verificação de trabalhos ou modificações, quer por iniciativa do dono da obra, quer impostas por norma legal em vigor.

#### Artigo 6º

##### (Suspensão da construção)

Se a construção for suspensa, seja qual for o motivo, e a suspensão durar mais de seis meses, só pode recommençar após vistoria que confirme que o estado dos materiais permite o prosseguimento dos trabalhos.

#### Artigo 7º

##### (Modificações)

1. É aplicável o disposto nos artigos anteriores aos navios ou embarcações que sejam objecto de modificações, limitando-se os planos e projectos referidos no artigo 3º, aos desenhos relativos às modificações e a uma memória descritiva dos trabalhos a realizar.

2. Havendo alterações nos pesos, deve a memória justificar que as novas condições de estabilidade são suficientes.

3. Os navios ou embarcações abrangidos pelo presente artigo são vistoriados:

- a) Depois de realizadas as demolições necessárias para as obras a executar;
- b) Depois de concluídos os trabalhos, antes de entrar em serviço.

#### Artigo 8º

##### (Vistorias de manutenção)

As vistorias de manutenção têm como finalidade a verificação das condições de segurança dos navios ou embarcações, tendo em vista a emissão ou renovação de certificado de navegabilidade.

#### Artigo 9º

##### (Pedido de emissão do certificado de navegabilidade)

1. O pedido de emissão do certificado de navegabilidade deve mencionar o nome do navio ou embarcação, área de navegação ao qual é destinado, suas dimensões e características principais.

2. O requerimento deve ser acompanhado dos seguintes elementos:

- a) Documento comprovativo da idade exacta do navio ou embarcação, e do nome dos construtores;
- b) O certificado de arqueação;
- c) O certificado das marcas de bordo livre nos casos em que a lei o exige;
- d) Relatório dos meios de salvação de bordo;
- e) Planos compreendendo a secção mestra, perfil longitudinal (indicando os porões e coberturas e a posição das anteparas e portas estanques) e um esquema do plano de esgoto dos diversos compartimentos;

f) Para os navios ou embarcações de propulsão mecânica, além do que consta nas alíneas anteriores, os planos e documentos exigidos pelos regulamentos das caldeiras, o plano cotado dos reservatórios contendo gases comprimidos quando o sistema de propulsão os exija, assim como os esquemas indicando a disposição dos reservatórios ou dos compartimentos, servindo para o combustível líquido se este é empregado em caldeiras ou em motores principais ou auxiliares;

g) No caso de navios de passageiros abrangidos pelas convenções internacionais relativas à sua construção, os documentos sobre a sua compartimentagem;

h) Os certificados, ainda em vigor, de sociedade de classificação reconhecida pelo Governo, caso o navio esteja classificado.

3. Tratando-se de navio ou embarcação que tenha tido renovações parciais ou em que certos aparelhos mecânicos são de construção mais recente ou mais antiga do que o próprio navio, devem os documentos dar essa indicação de modo explícito.

#### Artigo 10º

##### (Pedido de renovação do certificado de navegabilidade)

1. Tratando-se da renovação do certificado de navegabilidade, deve o requerente juntar ao requerimento:

- a) O último certificado de arqueação;
- b) O certificado das marcas de bordo livre;
- c) O certificado dos meios de salvação;
- d) O último certificado de navegabilidade.

2. O requerente deve também indicar no requerimento os pontos que se encontram modificados em relação à altura do pedido do anterior certificado.

#### Artigo 11º

##### (Primeira vistoria)

1. Os navios novos construídos no estrangeiro e os navios estrangeiros embandeirados em Cabo Verde são obrigatoriamente sujeitos a primeira vistoria.

2. A primeira vistoria comporta uma inspecção completa ao casco, aos aparelhos mecânicos e em especial um exame em seco às obras vivas assim, como uma vistoria exterior e interior às caldeiras.

3. Podem ser dispensados da vistoria em seco:

- a) Os navios novos construídos no estrangeiro sob a fiscalização de uma sociedade de classificação reconhecida;
- b) Os navios cuja querena foi vistoriada no estrangeiro por peritos de uma sociedade de classificação reconhecida.

#### Artigo 12º

##### (Participação na vistoria)

Todas as vistorias devem ter lugar na presença do proprietário ou do seu representante, que pode ser o Comandante ou oficial nomeado por este.

#### Artigo 13º

##### (Finalidade da vistoria)

A fiscalização das novas construções até à entrada em serviço ou a primeira vistoria aos navios ou embarcações referidos nos artigos anteriores, deve ter como objectivo determinar se os mesmos preenchem os requisitos previstos nas leis e regulamentos em vigor.

**(Período de validade do certificado de navegabilidade)**

1. O período de validade do certificado de navegabilidade é de um ano.

2. O DGMP, com excepção dos navios de passageiros, pode fixar no respectivo certificado um prazo superior ao referido no número anterior, desde que fique assegurada a verificação das seguintes condições:

- a) O certificado de navegabilidade deve ser renovado no decorrer do ano seguinte àquele em que foi emitido;
- b) O prazo de validade indicado no certificado não pode ir além de quinze meses;
- c) Os navios em serviço, embandeirados no decurso do último trimestre de um ano, obtêm um certificado válido para o ano seguinte, mas o intervalo entre duas inspecções sucessivas não pode ultrapassar os limites acima fixados.

Artigo 15º

**(Tempo de apresentação do pedido de renovação do certificado de navegabilidade)**

A renovação do certificado de navegabilidade deve ser requerida à DGMP antes de expirar o prazo de validade.

Artigo 16º

**(Dispensa de vistoria em seco)**

1. O certificado de navegabilidade só pode ser renovado depois de uma vistoria completa ao casco, maquinismos e caldeiras, armamento e equipamento, e de vistoria em seco à querena;

2. Podem ser dispensados da obrigação da vistoria em seco os navios ou embarcações cuja querena foi vistoriada por peritos de uma sociedade de classificação reconhecida.

Artigo 17º

**(Ocorrência de facto que afecte a segurança)**

Os navios ou embarcações devem ser objecto de uma vistoria geral ou parcial, conforme os casos, cada vez que ocorrer um facto ou acidente susceptível de afectar a sua segurança, incluindo os meios de salvação e outros aprestos.

Artigo 18º

**(Vistoria após reparação)**

1. A vistoria deve permitir reconhecer se as reparações necessárias ou renovações foram convenientemente efectuadas, se os materiais utilizados, assim como os processos de execução empregados, dão plena satisfação aos peritos e se o navio satisfaz, em todos os aspectos, as prescrições legais e regulamentares em vigor.

2. Se o navio ou embarcação está inscrito numa sociedade de classificação, deve apresentar-se o certificado passado por essa sociedade, confirmando que os trabalhos foram executados sob o controle da mesma, de modo a justificar a manutenção da classificação.

Artigo 19º

**(Emissão de novo certificado de navegabilidade)**

Só é emitido novo certificado de navegabilidade após vistoria que confirme que as condições de segurança estão devidamente verificadas.

**(Concessão excepcional de tolerância)**

1. A DGMP pode conceder, excepcionalmente, um certificado de navegabilidade a um navio ou embarcação que não satisfaça totalmente as exigências regulamentares, quando os peritos entenderem que de tal facto não resulta perigo para a tripulação, para o navio e para o ambiente.

2. O certificado de navegabilidade referido no número anterior deve mencionar as prescrições regulamentares que não foram satisfeitas e o prazo concedido para lhes dar cumprimento.

3. A mesma tolerância pode ser concedida quando se tratar de uma reparação, substituição ou alteração, determinada pela vistoria e que não possa ser executada imediatamente.

4. O não cumprimento do indicado nas observações do certificado de navegabilidade, dentro do prazo estabelecido, importa a cessação da sua validade.

Artigo 21º

**(Adiamento da vistoria em seco)**

1. Nos casos em que é obrigatória a vistoria em seco, mas se reconhecer a impossibilidade de satisfazer esta condição no prazo determinado, pode ser concedido ou renovado o certificado de navegabilidade, mencionando-se, na casa das observações, que falta realizar o exame às obras vivas, e qual o prazo máximo concedido para tal exame.

2. A não realização da vistoria às obras vivas no prazo indicado, faz caducar o certificado de navegabilidade.

Artigo 22º

**(Certificado de navegabilidade)**

1. A DGMP pode passar um certificado especial de navegabilidade válido só para determinada viagem

2. O pedido deste certificado especial deve indicar as circunstâncias particulares a observar, tais como:

- a) Viagem de experiência de navio construído de novo;
- b) Viagem de excursão com carácter excepcional;
- c) Viagem de navio cabo-verdiano para porto estrangeiro, a fim de aí ser reparado, alienado ou demolido;
- d) Viagem de um porto onde foi construído, adquirido, reparado ou modificado, para o porto de registo;
- e) Viagem de um porto para outro com auxílio de um ou mais rebocadores.

3. No estrangeiro, o cônsul pode passar um certificado especial depois do parecer dos peritos por ele nomeados, escolhidos de preferência entre os das sociedades de classificação reconhecida.

4. A validade de certificado especial referido nos números anteriores expira logo que termine a viagem para o qual foi emitido.

Artigo 23º

**(Vistorias suplementares)**

Independentemente das vistorias a que se referem os artigos anteriores, pode a DGMP efectuar ou ordenar vistorias suplementares, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 38/98, de 31 de Agosto.

Artigo 24º

**(Vigência)**

A presente Portaria entre em vigor no prazo de 30 dias, após a sua publicação.

Gabinete do Ministro do Turismo, Transportes e mar, 23 de Agosto de 2000. – A Ministra, *Maria Helena Semedo*.